



DISCURSOS, POLÍTICAS E PROJETOS SOBRE MULHERES E AGRICULTURA: EMBATES VIRTUAIS E RESISTÊNCIA

Fabiana Pereira de Souza¹

RESUMO

O presente ensaio discute a importância dos argumentos em defesa dos direitos das mulheres camponesas no cenário político brasileiro. As ações políticas brasileiras na atualidade _ pormenorizadas, e amplamente analisadas através de artigos científicos nacionais e internacionais _ indicam a necessidade de discussões mais aprofundadas e esclarecedoras no âmbito das redes sociais, sobretudo face ao quadro epidemiológico que o Brasil vem enfrentando por causa da doença Covid-19. Com o objetivo de compreender como se processam estas interações e de que forma podem contribuir para repensar discursos e projetos políticos na atualidade, relacionados a esses temas, o presente estudo realizou uma análise de interação na internet do evento encontro temático “Conversatório: Movimentos sociais e a luta das mulheres rurais”, realizado no ciclo de debates “Convergências e Divergências: Mulheres, Feminismos e Agroecologia”, realizado pela Associação Brasileira de Agroecologia. Concluiu-se que iniciativas como essa, que aproximam a sociedade para uma rediscussão política esclarecedora a respeito desses assuntos (feminismo, agroecologia e movimentos sociais) tem se tornado essenciais para a desconstrução de conceitos estereotipados e/ou tendenciosos nas redes sociais. Nesse sentido, o presente estudo sugere a construção de uma “nova popularização” dos conceitos ligados aos movimentos feministas e a agroecologia para o enfrentamento às crises atuais.

Palavras-chave: interações virtuais, estratégias, feminismo, agroecologia.

¹ Mestra em Ciências Ambientais (UNEMAT) e Pós-graduanda em Tecnologia e Gestão Ambiental (UFR).

Introdução

No contexto político e sanitário brasileiro atual em que se intensificam os debates sobre a importância das organizações sociais, entende-se que os grupos organizados devem reafirmar-se como essenciais para sustentar os alicerces constitucionais obtidos através de mobilizações e resistência. Pensando assim, emergem _ mesmo através das redes sociais e/ou mantendo regras de distanciamento social por causa da doença Covid 19 _ diversos atores sociais que, neste momento, estão ainda mais unidos e discutem o papel do Estado frente aos problemas estruturais do País, buscando alternativas para o enfrentamento às crises socioambientais que se anunciam.

Os contra-argumentos aos discursos desarticuladores e a favor dos movimentos sociais surgem neste cenário espetaculoso como relevante estratégia para a manutenção de direitos civis recentes obtidos com a Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, tais interpelações trazem consigo palavras que apregoam a necessidade de equidade social, conseguindo dar voz, direito de resposta, àqueles que nem sempre são ouvidos e compreendidos nos debates e embates políticos.

A novidade é que as ferramentas digitais têm sido cada vez mais empregadas neste processo e, por conta do contexto pandêmico, se tornam alternativas mais seguras. Esta interação ocorre entre comunidades virtuais em um ambiente denominado *ciberespaço*. O conceito de *ciberespaço* é bastante abrangente, todavia, através dos estudos de Lévy pode ser definido de modo genérico como “espaço aberto de comunicação, aberto pela interconexão dos computadores e das memórias dos computadores”. Para o autor, as comunidades virtuais são construídas sobre afinidades de interesses e de conhecimentos sobre projetos mútuos que se processam neste ambiente virtual (1999, p. 92).

No caso de assuntos relacionados às mulheres camponesas, feminismo e agroecologia, percebe-se que os posicionamentos inerentes a esses temas são exteriorizados através de diversos tipos de meios divulgação e troca de informações *on line*. Dessa forma, representantes dos mais variados segmentos da sociedade dialogam e se unem através de *lives*, reuniões, conversas informais e, até mesmo, protestos nas redes sociais e petições *on line*.

Com o objetivo de compreender como se processam estas interações e de que forma podem contribuir para repensar discursos e projetos políticos na atualidade relacionados a esses temas, o presente estudo selecionou um evento realizado através de mídia virtual

compreendendo seu *modus operandi*, bem como a formas de alcance e impacto que podem trazer para as discussões sociais emergentes.

Flick (2009) propõe duas formas de análise para estudo de interações na internet: investigação do conteúdo das interações e do meio que são utilizadas para a comunicação deste conteúdo.

O evento selecionado foi o segundo encontro temático “Conversatório: Movimentos sociais e a luta das mulheres rurais”, realizado no ciclo de debates promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia, realizado no dia quatro de março de dois mil e vinte e um, às dez horas, através do evento totalmente *on line*, disponível na plataforma de *Youtube* intitulado “Convergências e Divergências: Mulheres, Feminismos e Agroecologia”.

As crises política e sanitária e a necessidade de uma rediscussão virtual

No mês em que se escreve este artigo, o Brasil bate o recorde de mortes diárias por Covid-19, com mais de três mil mortes em apenas 24 horas. Ao mesmo tempo, podem ser encontrados nas plataformas digitais diversos artigos científicos nacionais e internacionais que analisam a crise política enfrentada pelo governo federal frente à pandemia, bem como os discursos polêmicos que engendram esta crise e podem causar a desarticulação de importantes movimentos em defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores (AGUIAR; PEREIRA, 2019; CAMPOS, 2020; MAITINO, 2018; TORRES, SOUSA JÚNIOR, BRASIL, 2021, GAMA, 2019; SILVA, 2020; SEFAIR; CUTRIM, 2019).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 representa um marco legislativo importante que deve ser preservado para garantir os direitos das mulheres e a ampliação de sua cidadania. A partir desse marco legal é possível perceber avanços significativos no Brasil, no campo e na cidade, que resultaram, dentre outras conquistas: na ocupação de cargos representativos pelas mulheres; no aumento dos níveis de escolaridade das mesmas em relação aos homens e no aumento do número de mulheres eleitoras (ALVES, 2007).

Porém, as diferenças trabalhistas entre homens e mulheres ainda persistem, visualizadas pela segregação ocupacional, pela discriminação salarial e pela instabilidade empregatícia. No desejo de aumentar os lucros, diminuindo o salário do trabalhador e fornecendo pouquíssimas ou nenhuma garantia trabalhista, em condições subumanas de emprego, o mercado de trabalho vê na mulher o sujeito ideal para ocupar o cargo de trabalhadora submissa às ordens do patrão (TORRES, 2006).

Ademais, nos últimos anos, mudanças na legislação brasileira têm sido propostas com o intuito de alterar ou restringir ainda mais os direitos conquistados e a possibilidade de participação social das mulheres.

De Paula (2020) chama a atenção para os inúmeros retrocessos dos direitos das mulheres camponesas que ocorreram nos últimos seis anos. A autora aponta algumas mudanças políticas que merecem destaque nesse período. Dentre as quais, a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrícola, que era responsável pela implementação de políticas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), que era responsável por elaborar e executar políticas de assistência técnica e documentação para as mulheres rurais.

Ademais, a pesquisadora sinaliza que as mudanças realizadas nos dados nacionais de amostra a domicílio, que começaram a ocorrer a partir do ano de dois mil e dezessete, têm dificultado uma análise mais coerente da situação socioeconômica e ambiental no campo, uma vez que muitas informações foram subtraídas do novo questionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As informações suprimidas poderiam auxiliar, inclusive, para a formulações de políticas públicas condizente com a realidade no campo.

Outra medida que impactou os movimentos de mulheres e a agricultura familiar brasileira, diz respeito a extinção da maioria dos Conselhos Participativos da Administração Pública Federal, dentre os quais, muitos ligados ao desenvolvimento agrícola e a agricultura. Tais medidas políticas têm contribuído ainda mais para a exclusão da figura da mulher camponesa dos projetos e decisões políticas.

Sauer e colaboradores (2020) corroboram com esta afirmação, pontuando que as políticas públicas têm procurado subtrair a agricultura familiar da agenda política, desconsiderando o modelo de agricultura denominado “agricultura familiar” e conseqüentemente, ignorando as diferenças culturais, sociais, de gênero, econômicas, dentre outras distinções existentes nos modelos de produção agrícola.

As mulheres conectadas em movimento: formas de atuação e estratégias de ação

O avanço da tecnologia digital tem alterado os moldes da participação popular na esfera pública. Desse modo, a internet tem se tornado arena de embates virtuais nos quais diversas ideias são disseminadas a despeito de sua confiabilidade. Logo, surge a palavra *fake news*

(falsas notícias), termo até então estranho a muitos, mas que aos poucos começa a ganhar notoriedade pelo fenômeno da propagação indiscriminada de informações.

Em tempos de crise política e sanitária, torna-se crucial o entendimento de que a internet deve ser uma ferramenta importante para a inclusão e formação social, bem como para o esclarecimento de informações e combate a *fake news*, ou mesmo para realização de manifestações e discussões sociopolíticas. Assim, a análise sistemática da eficácia da utilização da internet como ferramenta para essas ações torna-se estratégia indispensável em sua adequação.

Na análise do encontro temático “Conversatório: Movimentos sociais e a luta das mulheres rurais”, observa-se uma tendência de incentivo a participação de mulheres atuantes em diferentes grupos sociais, com posicionamentos políticos convergentes, mas experiências diversas. Conforme destacou Vivian Delfino Motta, uma das principais idealizadoras do debate, na abertura das atividades do evento: “nosso corpo é composto por pesquisadoras, estudantes, professoras, extensionistas – mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadoras, artesãs, mulheres todas, das cidades, dos campos, das águas e das florestas.”

Assim, o conversatório contou com a participação de sessenta e nove mulheres, representantes dos mais variados segmentos da sociedade através de participação direta, mas estava também disponível para apreciação *on line* e ao vivo de qualquer interessado através da plataforma do *Youtube*, além de ficar disponibilizada, posteriormente, para visualização *on line*.

Até o momento em que foi realizado esta análise, haviam cerca de setecentas visualizações do vídeo, que estava disponível no canal do ABA Agroecologia, sendo que o mesmo apresentava uma quantidade de cento e quarenta e seis *likes* e um *deslike*.

O objetivo do evento foi debater e aprofundar a compreensão sobre as perspectivas do campo da Agroecologia e dos Feminismos e observar como as crises atuais somadas à pandemia provocada pela COVID-19 impactam a vida das mulheres. O evento estrategicamente selecionou três mulheres representantes de movimentos sociais ligados à agroecologia para falar de suas experiências, posteriormente a moderadora abriu a oportunidade para perguntas e comentários.

O *chat* ao vivo da reunião também ficou disponível no *Youtube*, o que contribuiu para o acesso a mais informações por parte do usuário. Além disso, no evento raramente focalizava-se a câmera na participante que falava, mas as câmeras de diversas participantes permaneciam ligadas e visíveis. Ambas as ações (*chat* ao vivo e câmeras ligadas e não centralizada) transmitiram uma imagem de familiaridade, engajamento e dinamismo a atividade *on line*.

Percebe-se que iniciativas como essa são eficientes na medida em que promovem o aprofundamento de debates para a compreensão de temas relacionados ao feminismo e a agroecologia por pessoas com diferentes níveis de engajamento em movimentos sociais, desconstruindo preconceitos, corrigindo distorções e permitindo a participação de um número expressivo de agentes sociais.

Nogueira (2001) destaca que “a existência de distorções é causada pelos viesamentos sociais, e os preconceitos são o resultado de atitudes hostis e falsas crenças, provenientes da ignorância ou da superstição”.

A partir de uma característica formativa, essas ações cumprem o papel de permitir o enfrentamento a essas distorções da realidade, a partir do momento em que é possível o contato com experiências diferenciadas. Além disso, a estratégia de disponibilizar o vídeo através do *Youtube* oportuniza o acesso de pessoas não engajadas aos movimentos sociais aos debates que se constroem nessas reuniões.

Esse processo é muito importante para o rompimento de conceituações superficiais acerca do feminismo que são utilizados como mecanismos para satisfazer o mercado de consumo. A popularização desses conceitos de modo tendencioso, foge de problemas mais profundos. Nesse sentido, os conceitos de feminismo e empoderamento passam a ser rediscutidos e reconstruídos a partir destes encontros coletivos, colaborando para a transformação da mulher como sujeito coletivo atuante.

Sobre esse assunto, Amaral (2019, p. 38) pontua:

(..) a popularização do feminismo é um fenômeno ocidental que abrange diversos países, em uma espécie de globalização feminista, ou melhor dito, de globalização de um determinado tipo de discurso feminista que enaltece uma independência do ser mulher para a ruptura com a criação do imaginário coletivo da mulher como objeto de consumo para os demais, mas o faz dentro da mesma lógica do consumo, uma vez que esse discurso feminista é um discurso de um organismo que produz a necessidade de consumir.

Deere e León (2002) comentam sobre a importância da transformação da mulher em sujeito coletivo atuante para o rompimento de conceituações estereotipadas, através da mobilização, pois a partir dessa transformação constrói-se uma nova identidade da mulher, participativa e visível, que gera o empoderamento feminino.

Rappaport (1995) salienta que o empoderamento é um processo por meio do qual pessoas que possuem falta de acesso a recursos obtêm maior controle sobre tais recursos. Dessa

forma, destaca-se o resultado material do empoderamento, a obtenção de recursos outrora escassos.

O autor também pondera que os objetivos do empoderamento são alcançados assim que as pessoas dão voz a uma narrativa coletiva que sustenta suas próprias histórias pessoais em termos positivos. Portanto, o resultado imaterial do empoderamento é a sua capacidade de permitir que indivíduos, organizações e comunidades tenham voz, influência e capacidade de ação e decisão. Assim, empoderamento não resulta somente no aumento do acesso a recursos externos, mas também na elevação da autoestima e no estímulo às capacidades internas das pessoas.

A transformação da mulher em sujeito coletivo atuante acontece por meio desse tipo de articulação junto aos movimentos sociais, o que pode auxiliar no processo de superação das desigualdades de gênero no campo. Essas desigualdades sociais são visíveis através da observação dos mecanismos de relação simbólica dessa interação.

Segundo Brumer (2004) as relações no campo, são marcadas por uma violência simbólica que é, muitas vezes, sutil, que se reflete também nas políticas públicas. Bourdieu (2007, p.7) define a violência simbólica como: “(...) violência suave, insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”.

Para Bourdieu (2007, p. 49-50) a efeito da dominação simbólica se exerce através de “esquemas de percepção, da avaliação e de ação que são construídos nos habitus”, ou seja, ocorrem sem que as vítimas ou mesmo os agentes da violência tenham clara consciência de suas ações.

Um exemplo que ilustra como esta violência ocorre na prática seria a exclusão ou redução de políticas e programas sociais voltados para as mulheres do campo. Assim, através de um discurso homogeneizador que procura ignorar as diferenças, excluem-se direitos e indivíduos na participação social. As autoridades ações que inferiorizam a mulher.

Outrossim, é salutar destacar as palavras de Silva (2008, p. 32), a qual afirma que “a prática dos direitos e da cidadania só se efetivará no ato do fazer, do acontecer histórico, isto é, quando as ações dos diferentes grupos sociais e mesmo dos indivíduos forem dirigidas pela busca da desalienação. ”

Klaus (2004) versa a respeito deste assunto, enfatizando que a atuação dos movimentos sociais organizados tem sido fundamental para que haja pressão no Estado, o qual se vê obrigado a formular políticas inclusivas.

Nesse sentido, uma “nova popularização” dos temas relacionados aos movimentos sociais torna-se indispensável em tempos de crise, pois através deste esforço _ a ação, o ato de fazer_, utilizando as ferramentas digitais, será possível que os conceitos, as aspirações e os objetivos que motivam estes grupos se mantenham em evidência.

Essa “nova popularização” deve incluir assuntos historicamente colocados nas pautas de reivindicação do movimento de mulheres e agroecologia, Heredia e Cintrão (2006) destacam as principais questões:

- Reforma agrária e ao acesso à terra;
- Reivindicações de titulação conjunta das terras para homens e mulheres;
- Garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, previdenciários e direitos sociais;
- Acesso das mulheres rurais a políticas que fortaleçam seu papel enquanto agricultora;
- Direito ao crédito específico para mulheres agricultoras;
- Acesso das mulheres aos programas de geração de renda e formação profissional;
- Assistência técnica para mulheres no campo;
- Programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar;
- Participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental;
- Acesso das mulheres rurais à documentação básica;
- Programas voltados para a saúde da mulher no campo e para o combate a todas as formas de violência e discriminação no campo;
- Difusão de temas voltados para a Educação.

A forma e as estratégias para a implementação desse processo, tornar-se-á efetiva na medida em que o movimento de mulheres promover estudos, aprofundamentos e diálogos. Tal implementação depende, portanto, de um esforço da atuação feminina individual e coletiva. Essas ações podem fortalecer a implementação e manutenção de direitos políticos capazes de proporcionar melhoria em sua qualidade de vida.

Considerações Finais

Ao considerar o cenário globalizante em que as mídias sociais ocupam um papel importante no cotidiano das massas, infere-se que os discursos disseminados nas relações virtuais podem influenciar grandemente no modo de pensar dos cidadãos. A partir desta conjuntura, entende-se que as iniciativas que aproximam a sociedade para uma rediscussão política esclarecedora a respeito desses assuntos (feminismo, agroecologia e movimentos sociais) nas redes sociais tornam-se necessárias.

A partir destas inferências e do estudo da interação na internet através do evento promovido do ABA Agroecologia, propõe-se que as mulheres articuladas nos movimentos sociais devem continuar criando espaços de debates virtuais, bem como, podem buscar novas estratégias de atuação *on line*, no sentido de promover uma “nova popularização” dos conceitos relacionados ao feminismo e a agroecologia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B. S.; PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**. Volume 7, Número 3, São Carlos, 2019, 8-35.
- AMARAL, F. P. O fenômeno do feminismo pop do início do século XXI: um movimento de consumo ou estratégia de combate e ruptura? **Revista do PPGCS**, v. 2, n. 2, p. 35-54, 2019.
- ALVES, J. E. D. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. In. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A MULHER, GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO, 2., Goiania. Anais... Goiânia : Cir Gráfica e Editora. 2007.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr., 2004.
- CAMPOS, Gastão W. S. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.
- CUTRIM, I. A.; SEFAIR, C. A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: As Reformas, as Mulheres e a Cidade. **Revista de Arquitetura, urbanidade e contemporaneidade**. V. 3, N. 10. 2019.
- DE PAULA, F. F. As mulheres camponesas e a emergência da perspectiva feminista no mundo rural: avanços e retrocessos. **Cadernos de Agroecologia**. v. 15, nº 3, 2020.
- DEERE, C. D.; LEÓN, M. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.
- GAMA, M. M. El discurso de odio del gobierno Bolsonaro y la banalidad del ma. **Tribuna de Actualidad**, v. 7, p. 15-21, dezembro, 2019.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA Presidente Prudente**. Ano 9, n. 8, pp. 1-28, jan./jun. 2006.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 117-136, out. 2004.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**. v. 13, n. 1, 107-128, 2001.

MAITINO, M. E. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural**, São Paulo, v.25.1, 2018, p.111-134.

RAPPAPORT, J. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5, p. 795-807, out, 1995.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**. v. 16., nº. 29, p. 285 - 318, 2020.

SILVA, D. N. The pragmatics of chaos: parsing Bolsonaro’s undemocratic language. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 59., v., p. 507-537, jan./abr. 2020.

SILVA, M. A. M. Trabalhadores rurais: a negação dos direitos. **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 29–42, jan./jun. 2008.

TORRES, M. A S. **A divisão sexual do trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho**. In. Seminário Nacional de Trabalho e Gênero, 1. 2006. Goiânia. Anais... Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2006.

TORRES, T. J. F. SOUSA JÚNIOR, A. R. BRAZIL, V. T. F. As características e os impactos da narrativa de Jair Messias Bolsonaro. **Boletim de Conjuntura**, n.15, v. 5, Boa Vista, 2021.